

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017

MISSÃO:

Garantir a excelência na prestação dos nossos serviços e maximizar valor para os acionistas.

VISÃO:

Ser a melhor empresa no setor em que atua sendo referência no desenvolvimento sustentável e transformando energia renovável em riqueza, com ética e transparência durante o período da concessão.

VALORES:

A mais alta *performance* combinada com os mais elevados padrões éticos, englobando: Comunicação clara e precisa; Gerenciamento em equipe, consistente e focados; Inovação criando valor sustentável.

LISTA DE SIGLAS

AGE	- Assembleia Geral Extraordinária
ANEEL	- Agência Nacional de Energia Elétrica
CCEE	- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CEFSC	- Complexo Energético Fundação Santa Clara
CERs	- <i>Certified Emission Reduction</i>
CFURH	- Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia
EBITDA	- <i>Earnings Before Interest, taxes, depreciation and Amortization</i>
GTCA	- Grupo de Estudos sobre o Resgate de Carbono e Commodities Ambientais
GSF	- <i>Generation Scaling Factor</i>
IFRS	- <i>Internacional Financial Reporting Standards</i>
MDL	- Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MLT	- Média de Longo Termo
MRE	- Mecanismo de Realocação de Energia
O&M	- Operação e manutenção
P&D	- Pesquisa e Desenvolvimento
PAC	- Processo Administrativo de Contratação
PCHs	- Pequenas Centrais Hidrelétricas
PL	- Patrimônio Líquido
RCE	- Redução Certificada de Emissões
SOX	- <i>Sarbanes Oxley</i>
SPE	- Sociedade de Propósito Específico
UHEs	- Usinas Hidrelétricas
UBP	- Uso do Bem Público
VCUs	- <i>Voluntary Carbon Units</i>

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA	5
2. PERFIL DA COMPANHIA	7
2.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	7
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	8
4. INVESTIMENTOS	9
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	10
5.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10
5.2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11
5.3. CUSTOS E DESPESAS	11
5.3.1. IGP-M (FGV)	12
5.4. RESULTADO DAS LIQUIDAÇÕES NA CCEE	12
5.5. LUCRO LÍQUIDO	13
5.6. MARGEM LÍQUIDA	14
5.7. EBITDA	14
5.8. RESULTADO ECONÔMICO FINANCEIRO	15
6. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	15
7. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	17
8. ENDIVIDAMENTO	17
9. RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO	18
10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	19
11. PESQUISA E INOVAÇÃO (P&D)	20
12. AREA JURÍDICA	24
13. RECURSOS HUMANOS	25
14. DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL	26

1. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Prezados Acionistas,

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão SA., em conformidade com as disposições legais, apresenta o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, elaboradas conforme Legislação Societária, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Após três anos de hidrologia fraca (89% / 87% / 84%) das médias históricas em 2015 / 2016 / 2017, os reservatórios hidrelétricos do SIN estão em um de seus níveis mais baixos - até meados de dezembro, os reservatórios nacionais estavam em 20% de sua capacidade, contra 31% em 2016. Diante deste cenário e apesar do reconhecimento pelo MME de riscos não-hidrológicos (Geração termelétrica fora da ordem de mérito, antecipação de 100% da garantia física de grandes hidrelétricas antes da entrada em operação de todas as turbinas e também as limitações no escoamento da energia por atrasos em obras de transmissão), comporem o cálculo do GSF, a situação de déficit na alocação de energia, permaneceu impactando negativamente o resultado financeiro dos empreendimentos hidrelétricos do MRE. Frente a estas dificuldades, destacamos a bem sucedida estratégia de repactuação do risco-hidrológico da companhia: A Elejor aceitou os termos da repactuação proposta pela Aneel, em dezembro de 2015, permanecendo protegida contra os efeitos do Fator de Ajuste do MRE (GSF) e preservando assim seu fluxo de caixa. As projeções indicam que 2018 não será diferente, pois em janeiro a ENA (Energia Natural Afluente) armazenável, que representa a chuva que recompõe os volumes dos reservatórios, registrada no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, apresentou um desempenho fraco, com um resultado 14% abaixo da média histórica. O submercado Sul foi o único que apresentou desempenho acima da média histórica, 75%, os demais ficaram abaixo da MLT (Média Longo Termo).

O que poderia surpreender positivamente em 2018? Uma recuperação mais rápida do que o esperado na economia brasileira poderia proporcionar um ponto de virada da demanda por eletricidade após três anos de declínios consecutivos. Uma recuperação da demanda de eletricidade provavelmente teria dois efeitos principais: (i) maior volume de vendas para distribuidores e comercializadoras- margens de recuperação e redução do risco de novas perdas devido a contratos de energia de grande porte (redução da exposição ao mercado spot); e (ii) renovação de contratos de energia a preços mais altos para geradores.

Apesar deste cenário desafiador para o setor elétrico brasileiro, a Elejor obteve, em 2017 um robusto lucro líquido, totalizando R\$ 96.220 mil.

Julio Jacob Junior

Diretor Presidente

2. PERFIL DA COMPANHIA

A ELEJOR é uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) constituída para implantar e explorar o CEFSC (Complexo Energético Fundão Santa Clara) no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná.

O CEFSC é constituído pelas UHEs Santa Clara e Fundão e pelas PCHs Santa Clara I e Fundão I, com capacidade instalada total de 246,3 MW e garantia física total de 140,3 MW médios.

A Concessão de Uso do Bem Público (UBP) para a geração de energia elétrica é regulada pelo Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), celebrado em 25 de outubro de 2001. As autorizações para a exploração dos Potenciais Hidráulicos denominados PCH Fundão I e PCH Santa Clara I foram concedidas pelas Resoluções da ANEEL nº 757 e 753, respectivamente, de 18 de dezembro de 2002.

A UHE Santa Clara está localizada nos municípios de Pinhão e Cândói e a UHE Fundão nos municípios de Foz do Jordão e Pinhão, ambas na região centro-sul do Estado do Paraná.

2.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da ELEJOR, em 31 de dezembro de 2016, estava composto de 60.300.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503 mil, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41º AGE (Assembleia Geral Extraordinária) de 08 de novembro de 2011, distribuído da seguinte forma:

Acionista	Ações Ordinárias	Valor em milhares	Participação no Capital
Companhia Paranaense de Energia - Copel	42.209.920	24.852	70,00%
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda	18.090.080	10.651	30,00%
Total	60.300.000	35.503	100,00%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 1 – Composição acionária e capital social

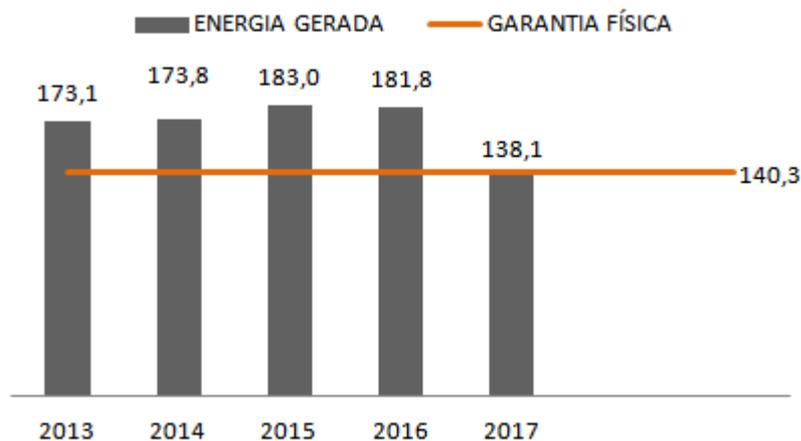
3. DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2017 foi gerado o montante de energia bruta de 1.209.537 MWh (138,1 MW médios), o que representa 1,5% abaixo da garantia física. Justificado pela baixa hidrologia nos meses de julho a setembro na bacia do Iguaçu, período em que a ENA média fechou próxima de 37% da MLT. O índice de disponibilidade das UHE's foi de 0,9452, enquanto das PCH's foi de 0,9718.

Apesar da baixa hidrologia, destaca-se o comprometimento e planejamento de manutenções programadas de O&M o qual foi essencial para o alcance de geração da Garantia Física do Complexo.

UNIDADES	ENERGIA - MW médios							
	POTÊNCIA INSTALADA	GARANTIA FÍSICA	GERADA					Δ% 17 x 16
2013			2014	2015	2016	2017		
UHE's								
Santa Clara	120,2	69,6	85,0	83,3	88,0	90,4	64,9	-28%
Fundão	120,2	65,8	82,9	85,5	89,9	86,6	68,4	-21%
Total	240,3	135,4	167,9	168,7	177,9	176,9	133,3	-25%
PCH's								
Santa Clara	3,6	2,8	3,1	3,0	2,9	2,8	2,8	-1%
Fundão	2,4	2,1	2,1	2,1	2,2	2,1	2,0	-5%
Total	6,0	4,9	5,2	5,1	5,1	4,9	4,8	-3%
TOTAL CEFC	246,3	140,3	173,1	173,8	183,0	181,8	138,1	-24%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 2 – Energia Gerada versus Garantia Física



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 1 – Energia Gerada versus Garantia Física - MW médios

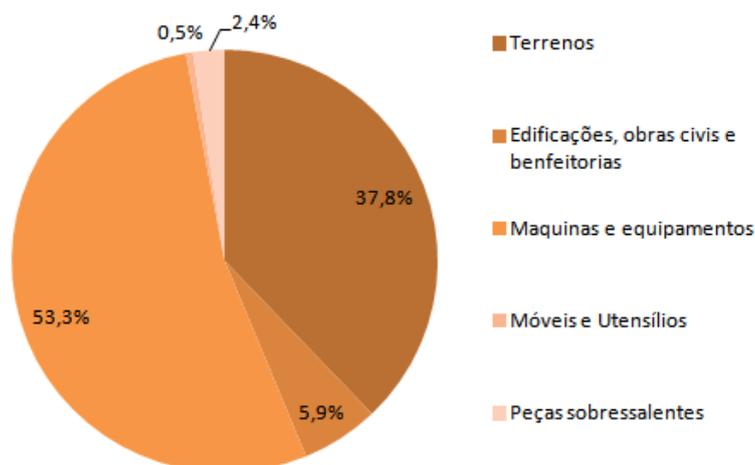
GERAÇÃO DE ENERGIA 21% ACIMA DA GARANTIA FÍSICA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

A média da energia gerada nos últimos cinco anos é de 169,5 MW médios, contra 140,3 MW de energia assegurada, apresentando uma geração superior a 21% da Garantia Física.

4. INVESTIMENTOS

INVESTIMENTO DE R\$ 1.538 mil

Os investimentos em 2017 somaram R\$ 1.538 mil, valor 3% superior ao investido em 2016.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 2 – Distribuição de Investimentos

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômicos-Financeiros (R\$ mil)	2013	2014	2015	2016	2017	Δ% 17x16
Receita Operacional Bruta	228.179	253.134	249.434	276.848	306.614	11%
(-) Tributos e Encargos com P&D	(10.767)	(11.930)	(11.715)	(13.162)	(15.018)	14%
Receita Operacional Líquida	217.412	241.204	237.719	263.686	291.596	11%
(-) Custos e Despesas	(40.511)	(108.007)	(34.799)	(69.434)	(65.557)	-6%
Custos Operacionais	(37.442)	(103.909)	(30.661)	(63.976)	(58.687)	-8%
Despesas Administrativas	(3.381)	(4.131)	(4.544)	(5.458)	(6.870)	26%
Outras Receitas / Despesas	312	33	406	-	-	
LAJIDA (EBITDA)	176.901	133.197	202.920	194.252	226.039	16%
(-) Depreciação e Amortização	(26.582)	(26.827)	(26.840)	(26.887)	(27.671)	3%
Resultado Financeiro	(86.799)	(77.506)	(108.490)	(93.717)	(54.254)	-42%
Imposto de renda e contribuição social	(21.573)	(9.679)	(24.469)	(24.525)	(47.894)	95%
Resultado líquido	41.947	19.185	43.121	49.123	96.220	96%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 3 – Desempenho Econômico Financeiro

A Elejor apresentou EBITDA de R\$ 226.039 mil em 2017, crescimento de 16% em comparação com os R\$ 194.252 mil registrados em 2016. Esse resultado foi impactado positivamente pela correção anual de 3,37% (IGP-M) no CCEAR das UHEs, pela redução de 8% nos custos operacionais e pela venda em 2017 no MCP da energia convencional descontratada a um preço médio de R\$ 214,58/MWh contra R\$ 143,35/MWh em 2016.

5.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

**CRESCIMENTO DE
10,99% NA
RECEITA BRUTA**

A Receita Operacional Bruta atingiu no acumulado do ano R\$ 306.614 mil, crescimento de 10,99 %, comparado com o resultado do mesmo período anterior. Este crescimento decorre principalmente em função da correção de 3,37% no CCEAR das UHEs, da venda de Energia das PCHs com preço médio de R\$ 178,14 MWh e da revenda de energia de Terceiros no MCP a um preço médio de R\$ 214,58/MWh.

R\$ mil	2013	2014	2015	2016	2017
SUPRIMENTO - ENERGIA PRÓPRIA					
ENERGIA CONVENCIONAL (UHE's)	218.113	235.063	246.653	267.951	282.235
ENERGIA INCENTIVADA 50% (PCH's)	4.723	4.983	-	3.216	7.335
SUPRIMENTO - ENERGIA DE TERCEIROS					
ENERGIA CONVENCIONAL	-	-	-	1.872	3.175
MCP					
ENERGIA CONVENCIONAL	-	-	-	1.263	4.013
ENERGIA INCENTIVADA 50%	-	-	-	836	1.735
CCEE	5.343	13.088	2.781	1.710	8.121
RECEITA BRUTA	228.179	253.134	249.434	276.848	306.614

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 5 – Evolução da receita bruta, em mil

5.2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

AUMENTO DE 10,58% DA RECEITA LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 291.596 mil aumento de R\$ 27.910 em relação a 2016.



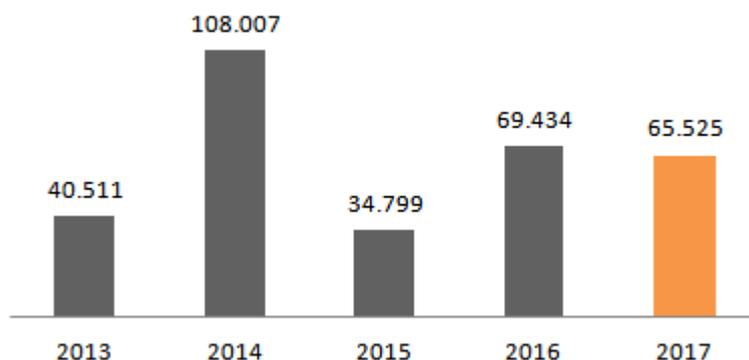
Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 4 – Evolução da Receita Operacional Líquida

5.3. CUSTOS E DESPESAS

REDUÇÃO DE 5,6% NOS CUSTOS E DESPESAS

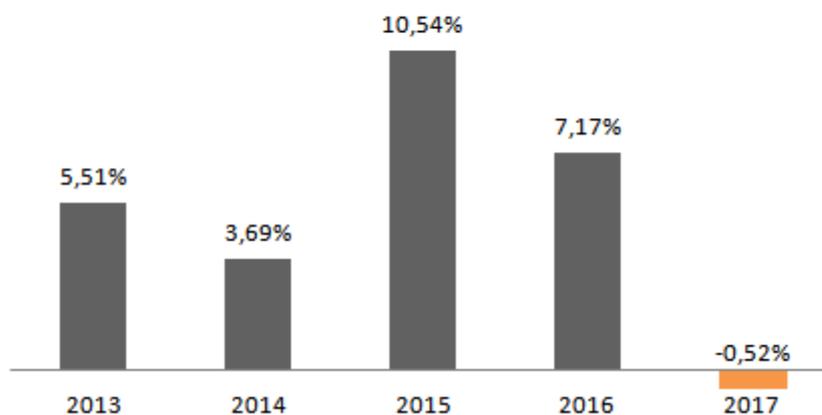
Em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) em 2015, R\$ 50.517 mil foram lançados a título de recuperação de custos e outras receitas, reduzindo a rubrica daquele exercício. Em 2016 e 2017 não houve este crédito, permanecendo o pagamento do Prêmio de Risco Hidrológico.

CUSTOS E DESPESAS (s/ D&A)



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 5 – Custos e Despesas

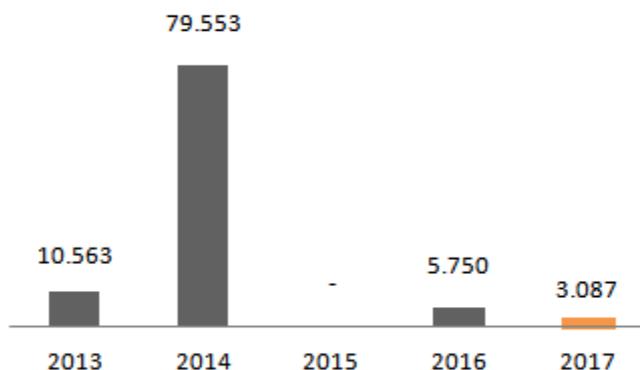
5.3.1. IGP-M (FGV)



5.4. RESULTADO DAS LIQUIDAÇÕES NA CCEE

	R\$ mil					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Vendas	10.661	5.545	13.584	5.190	1.775	8.429
(-) Pis / Cofins	389	202	496	189	65	308
Vendas líquidas	10.272	5.343	13.088	5.001	1.710	8.121
Compras	6.199	10.563	79.553	-	-	3.087
Repactuação					5.750	
Total de Compras	6.199	10.563	79.553	-	5.750	3.087
Líquido	4.073	(5.220)	(66.465)	5.001	(4.040)	5.034

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 6 – Liquidações CCEE.



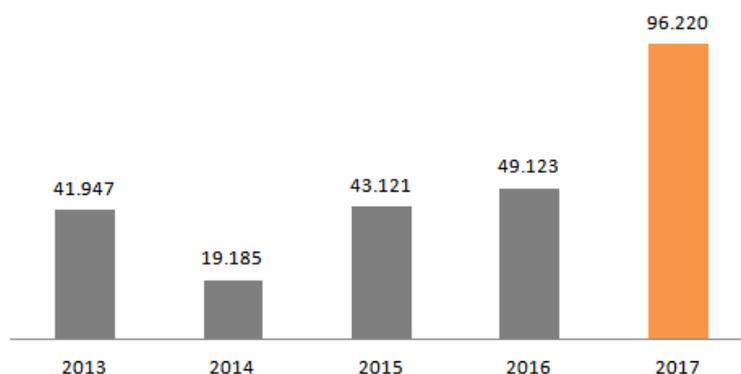
Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 6 – Compra de energia junto a CCEE 2016.

5.5. LUCRO LÍQUIDO

**AUMENTO DE
95,87 % NO LUCRO
LÍQUIDO**

O lucro líquido da ELEJOR apresentou um aumento de 95,87% em 2017 se comparado a 2016, ou seja, saiu de um montante de R\$ 49.123 mil para R\$ 96.220 mil.

LUCRO LÍQUIDO - R\$ Mil

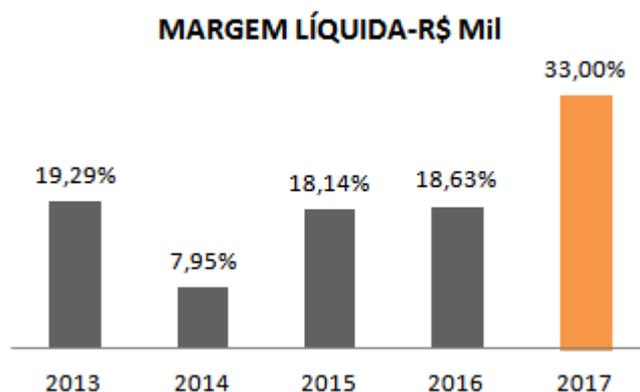


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 7 – Evolução do lucro líquido

5.6. MARGEM LÍQUIDA

33% DE MARGEM LÍQUIDA

O lucro líquido no valor de R\$ 96.220 mil representou no exercício de 2017, 33% da receita operacional líquida.

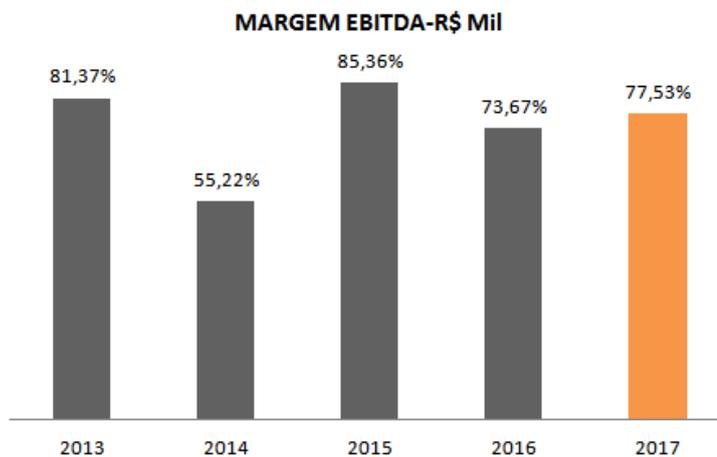


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 8 – Evolução da margem líquida

5.7. EBITDA

MARGEM EBITDA DE 77,53%

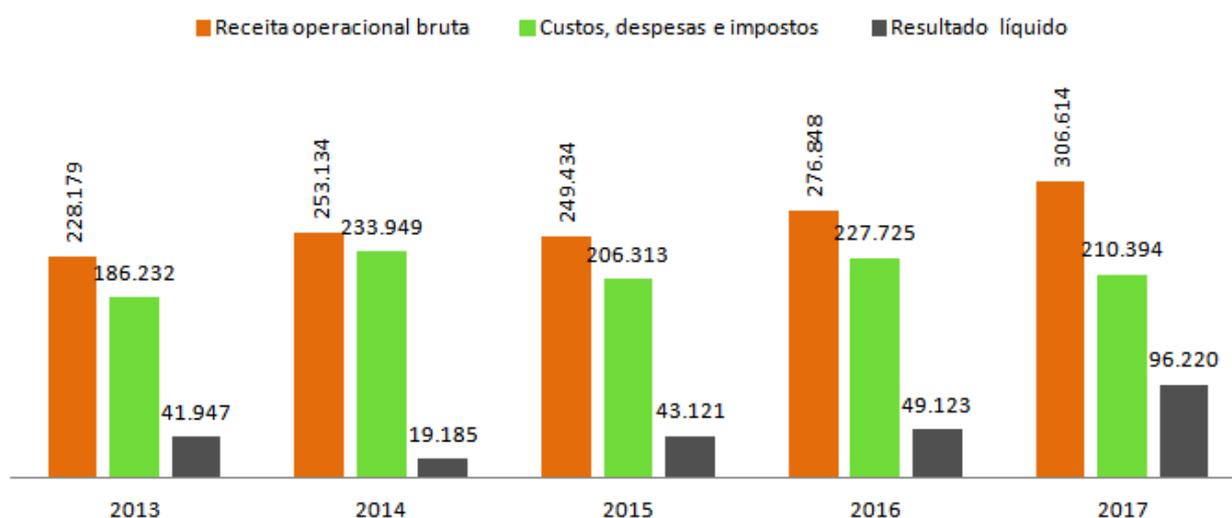
O valor do EBITDA somou R\$ 226.071 mil, que representou 77,53% da receita operacional líquida no período.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 9 – Margem EBITDA.

5.8. RESULTADO ECONÔMICO FINANCEIRO

A evolução do lucro líquido de 2017 contra 2016 foi de 13,91%.

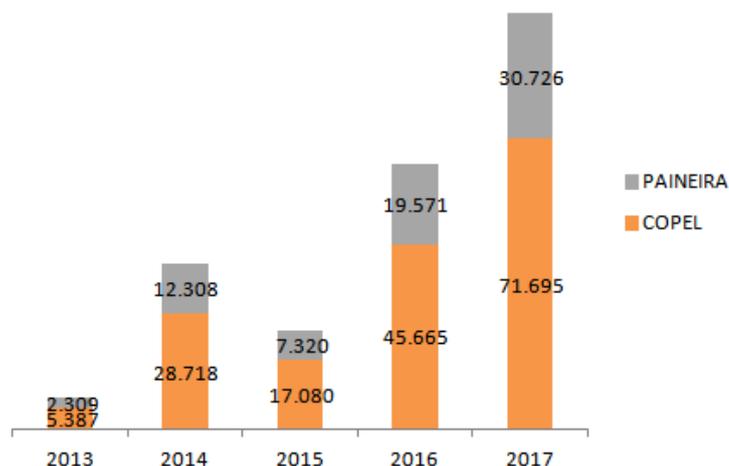


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 10 – Evolução dos resultados econômico-financeiros

6. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	TOTAL	COPEL	PAINEIRA
2012	7.677	5.374	2.303
2013	7.695	5.387	2.309
2014	41.026	28.718	12.308
2015	24.400	17.080	7.320
2016	65.235	45.665	19.571
2017	102.421	71.695	30.726
TOTAL	248.454	173.918	74.536

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 7 – Remuneração aos acionistas



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 11 – Distribuição de Dividendos – R\$ mil

Em 2017 a empresa pagou dividendos propostos de R\$ 102.420 mil, sendo R\$ 12.280 mil referente a dividendos mínimos obrigatórios (25%) do exercício 2016 e R\$ 90.140 mil, divididos em: Saldo de reservas de exercícios anteriores no valor de R\$ 36.843 mi e Antecipação do 1º semestre de 2017 no valor de R\$ 53.297 .

O lucro líquido do exercício 2017 foi de R\$ 96.220 mil. A Reserva Legal, tratada no art. 193 da Lei 6.404/76, limita-se a 20% do capital social, que no caso da companhia equivale a R\$ 7.100 mil (R\$ 35.503 x 20%), desta forma no ano corrente não foram destinados recursos para Reserva Legal.

Com base no art. 39 do Estatuto Social, à administração da Companhia propõem a distribuição de R\$ 24.055 mil, referente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido 2017 ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, a título de dividendos obrigatórios.

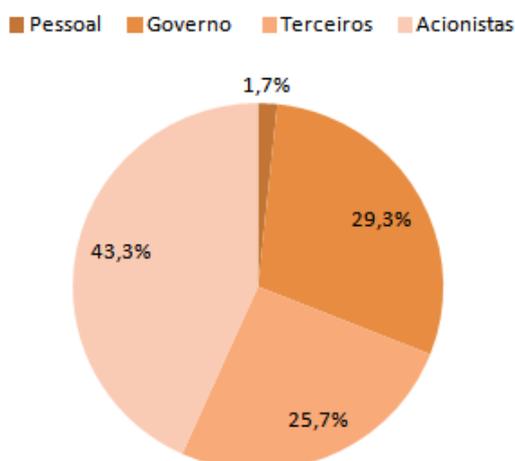
O saldo remanescente do ano de 2017 no valor de R\$ 18.868 mil fica a disposição do Conselho de Administração como Dividendos Adicionais Propostos.

7. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia apurou R\$ 222.320 mil de Valor Adicionado Total, 17,72 % maior que 2016, quando havia apurado R\$ 188.851 mil. A demonstração na íntegra encontra-se nas Demonstrações Contábeis.

Distribuição do valor adicionado	2017	%	2016	%	2015	%	2014	%
Pessoal	3.689	1,7%	3.380	1,8%	2.747	1,4%	2.458	2,0%
Governo	65.243	29,3%	38.524	20,4%	36.665	18,9%	22.760	18,1%
Terceiros	57.168	25,7%	97.824	51,8%	111.630	57,5%	81.318	64,7%
Acionistas	96.220	43,3%	49.123	26,0%	43.121	22,2%	19.185	15,3%
Total	222.320	100,0%	188.851	100,0%	194.163	100,0%	125.721	100,0%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 8 – Distribuição do valor adicionado – R\$ mil

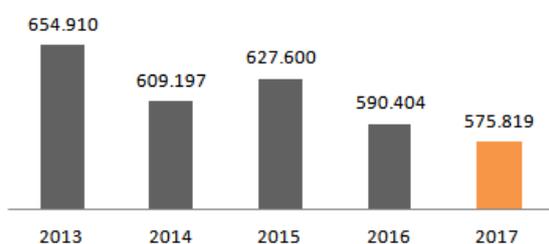


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 12 – Distribuição do valor adicionado.

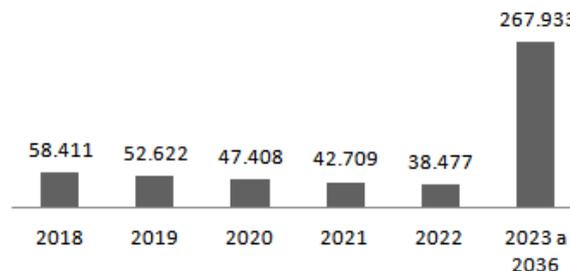
8. ENDIVIDAMENTO

**REDUÇÃO DA
DÍVIDA LÍQUIDA EM
-2,5%**

O endividamento líquido da companhia que no início do exercício era de R\$ 590.404 mil, ao término do ano de 2017 reduziu para R\$ 575.819 mil.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 13 – Grau de endividamento líquido com UBP



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 14 – Cronograma do pagamento da Outorga / UBP (Valor Presente)

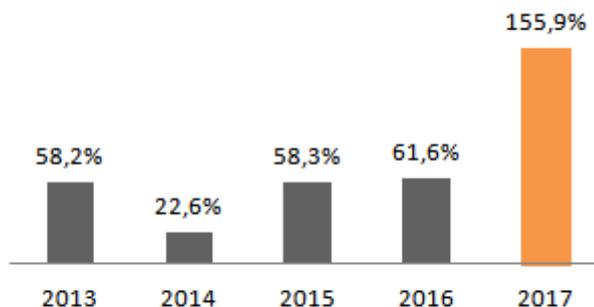
Em 2013 a companhia captou recursos, através da 2ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 203.000 mil, com vencimento em setembro/2018 e custo nominal de CDI + 1% ao ano, utilizados integralmente na liquidação da dívida junto à controladora, o saldo devedor desta emissão de debêntures em 31/12/17 é de R\$ 30.370 mil.

Por fim a dívida com a UBP ajustada a valor presente que em 31/12/17, correspondia ao valor de R\$ 507.560 mil e destes R\$ 267.933 mil vencerão no período de 2022 a 2036. A dívida com a Concessão do UBP em 31/12/2017 representa 75,14% do passivo total da companhia.

9. RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO

GRAU DE RENTABILIDADE DE 155,9%

O ROE (*Return On Equity*) apresentou crescimento de 153% em 2017, o índice é o resultado da divisão do Lucro Líquido R\$ 96.202 mil pelo Patrimônio Líquido R\$ 61.726 mil.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 15 – Grau de rentabilidade

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Lucro líquido	33.296	41.947	19.185	43.121	49.123	96.220
Patrimônio líquido	74.862	72.019	84.815	73.999	79.701	61.726
ÍNDICE - PL	44,5%	58,2%	22,6%	58,3%	61,6%	155,9%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 6 – Evolução do patrimônio líquido

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Comprometida com a preservação ambiental e a qualidade de vida da população, desde a instalação do CEFSC a ELEJOR, por meio da sua política sócio-ambiental, assume a sua posição de agente social na discussão das estratégias regionais de desenvolvimento sustentável. E, como participante e estruturadora de iniciativas que foram ao encontro do interesse coletivo, dado o caráter de Utilidade Pública de seus empreendimentos no Rio Jordão, realizou estudos que demonstraram a viabilidade ambiental dos empreendimentos.

Dessa forma, a ELEJOR organizou suas ações, compôs uma equipe técnica e dividiu tarefas conforme o escopo dos trabalhos e os diferentes níveis de responsabilidade, o que constituiu seu Programa de Gestão Ambiental. Esse Programa é parte integrante da Política Ambiental da ELEJOR e contempla um conjunto de princípios que norteiam as ações da Empresa desde a fase de implantação à operação do CEFSC.

Por meio da cooperação entre diferentes agentes tal política compartilha a responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável não apenas com instituições de governo, mas também com a sociedade civil. Assim garante maior eficácia aos programas sociais e ambientais da Companhia, dentre eles:

1. Monitoramento Fluviométrico e Meteorológico do Cefsc.
2. Monitoramento da Qualidade da Água dos Reservatórios.
3. Atendimento à Resolução 03/2010 da ANA/ANEEL, Curva x Cota/Área x Volume nos reservatórios de Santa Clara e Fundão.
4. Renovação da Licença de Operação da Uhe Santa Clara e Pch Santa Clara I até 8/8/2021.
5. Autorização Ambiental de pedra em Fundão para pavimento poliédrico.

11. PESQUISA E INOVAÇÃO (P&D)

A Elejor durante o ano de 2017, em cumprimento ao contido nas Leis 9.991/2000, 10.848/2004 e 11.465/2007, e em atendimento ao Contrato de Concessão de Geração n. 125/2001, investiu em 03 (três) projetos de (P&D), os quais são detalhados abaixo de acordo com seus objetivos e andamento:

1) DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL DE CONTROLE MODULAR PARA OPERAÇÃO EM PARALELO DE AEROGERADORES SAVONIUS E PAINÉIS FOTOVOLTAICOS COM CONEXÃO À REDE AC (Projeto 2945-0213)

O objetivo deste projeto é a instalação de módulos de geração híbrida, compostos por aerogeradores do tipo Savonius e painéis fotovoltaicos, na barragem de uma usina. Cada conjunto terá a potência de cerca de 400 W, sendo que sua modularidade facilitará a expansão do sistema. Cada módulo contará com um condicionador de potência, desenvolvido para otimizar o funcionamento da geração híbrida. Será pesquisado e desenvolvido um microinversor grid-tie para ser usado com cada módulo, que será conectado a um transformador elevador para a rede de 34,5 kV. O sistema de geração híbrida será conectado a rede AC, a qual supre o carregador do banco de baterias já existente na usina. Caso haja energia excedente, a mesma fluirá naturalmente para a rede elétrica. É prevista a pesquisa e implementação de comunicação entre os microinversores através da filosofia de rede mesh, utilizando PLC G3, objetivando a realização da proteção dinâmica, mantendo a segurança e evitando falhas no sistema elétrico.

Situação Atual:

Esse projeto trouxe dois grandes problemas com o transcorrer de seu desenvolvimento. O primeiro, e mais relevante, está relacionado ao uso de componentes eletrônicos nacionais; eles funcionam bem em temperatura controlada (laboratório), mas em campo o desempenho é muito baixo. Isso causou um atraso considerável no projeto, pois, implicou, além da importação de componentes confiáveis,

na reconstrução de todos os módulos de controle de potência e de sincronismo com a rede de 34,5 kV.

A outra questão está relacionada com a injeção das potências geradas pelas fontes eólica e solar. São fontes com comportamento muito diferentes: enquanto a solar é relativamente constante durante parte do dia, a eólica é intermitente durante todo o tempo. Esse comportamento oscilante requer elevada velocidade de processamento por parte dos microinversores, os quais se sobrecarregam. Esse problema ainda não foi totalmente resolvido, mas soluções com softwares foram implementadas com relativo sucesso.

A fim de que o projeto possa ser terminado, a ELEJOR solicitou uma extensão de prazo para a ANEEL até junho de 2018. É importante salientar que todos os custos de desenvolvimento da tecnologia relativos à essa adição de tempo estão sendo integralmente absorvidos pela entidade executora (Institutos LACTEC).

2) SISTEMA DE QUALIDADE APLICADO À SEGURANÇA E DURABILIDADE DE CONCRETO DA BARRAGEM UHE FUNDÃO (Projeto 2945-0413)

Desenvolver e testar metodologias para o diagnóstico e reparo de manifestações patológicas na estrutura de concreto da barragem da UHE Fundão, ocasionadas por lixiviação, percolação e ataques químicos, do tipo alcalino, ou mesmo por íons sulfato e cloretos, consequentes dos próprios insumos ou externos a obra, a fim de prolongar manutenções não programadas; melhorar os critérios e materiais de reparo pelo emprego de nanomateriais e plasma a frio; e estender a vida útil do sistema, com mitigação do passivo ambiental.

Situação atual:

O projeto foi finalizado em dezembro/2016 e encaminhado para ANEEL para a auditoria técnica. Dentre os vários resultados obtidos nesse projeto, destacam-se:

O estudo e mitigação da percolação e lixiviação através do maciço – a metodologia desenvolvida para estudar a percolação e a lixiviação, através das vacâncias e microfissuras do concreto rolado, mostram que, embora haja transporte dos

agregados que compõe o concreto, eles ainda não são considerados agressivos à integridade do maciço;

O emprego de nanomateriais – foram utilizados nanomateriais desenvolvidos pelo próprio projeto para tamponar as microfissuras. O resultado foi extremamente promissor, o que resultou em uma tese de doutorado e um pedido de patente para a ELEJOR. Os nanomateriais empregados são disparados no interior das fissuras no momento em que a escala (pH) sofre variações alcalinas que, eventualmente, podem comprometer a composição físico-química dos agregados do maciço.

A Metodologia de reparo – foi desenvolvido um processo de reparo do maciço, com emprego de nanomaterias de baixo custo. Evidentemente, a obtenção de nanomateriais no mercado brasileiro ainda é uma forte restrição: a tecnologia ainda não é dominada no país e não há recursos humanos com treinamento para utilização desses compósitos. A ELEJOR já pode aplicar em suas instalações sem a necessidade de grandes recursos terceirizados.

Os resultados finais desse projeto compuseram os estudos exigidos pelo Plano de Segurança de Barragens, exigidos pela Lei 12.334/2010.

3) PARAMETRIZAÇÃO E TROPICALIZAÇÃO DE SISTEMA ELÉTRICO PARA A GERAÇÃO DE ENERGIA COM PAINÉIS FOTOVOLTAICOS FLUTUANTES E DINÂMICOS: ESTUDO DE CASO NA BARRAGEM UHE SANTA CLARA (Projeto 2945-1000/2017)

Esse projeto terá duração de 3 anos e tem como expectativa final a instalação completa de uma planta solar de 100 kWp. A planta será locada sobre o reservatório de UHE Santa Clara e será do tipo autônoma, ligada à rede de 34,5 kV na mesma rede pertencente às PCH's.

Sobre o projeto é importante comentar sobre os diferentes sistemas de geração de energia elétrica de origem fotovoltaica e flutuante que estão sendo instalados pelo mundo e, também, no país, todos com o intuito do reaproveitamento de lagos e de reservatórios de água, principalmente, como das usinas hidrelétricas.

Nesse projeto, está sendo proposta a investigação do desempenho de potencial de geração de sistemas fotovoltaicos policristalinos comparativamente aos de filme fino (amorfo). Este último escolhido devido à sua característica de adequação ao ambiente flutuante; à possibilidade de diminuição de falhas operacionais, já que é projetado com um menor número de componentes de circuito; e, a se poder trabalhar sob refrigeração constante e de autolimpeza, sob contato direto com a água do reservatório. Também, em estudo de caso da UHE Santa Clara, está prevista a avaliação de diferentes tipos de materiais de suporte e de flutuação, suas durabilidades ambientais, bem como as vantagens de cada desenho em relação à energia gerada e a sazonalidade local, com a proposta de que sejam sistemas flutuantes e dinâmicos, para que os mesmos possam ser deslocados de tempos em tempos pela superfície da água de modo a diminuir o impacto sobre a flora e fauna local e o processo de eutrofização do reservatório para grandes áreas instaladas. Esta usina está localizada na região sul do Brasil, sendo, portanto, uma das primeiras usinas fotovoltaicas flutuantes em hidrelétricas situadas no hemisfério sul. Desta forma, o banco de dados levantado com relação à potência instalada, sua durabilidade relativa, o tipo, o projeto executado e os dados estatísticos relacionados ao clima, à qualidade e à quantidade de energia pico gerada, à influência do meio aquático no sistema, suas movimentações e turbulências, servirão de subsídios para a alimentação de uma rede neural que fornecerá parâmetros conjuntos para futuras instalações, em termos de Brasil.

Situação Atual:

O projeto teve início em novembro/2017 e encontra-se na fase de especificações dos materiais que compõe os flutuantes à base de HDPE (Polietileno de Alta Densidade – tradução livre).

As próximas etapas compreendem o escaneamento do fundo do lago na região em que será aportado o flutuador para avaliação da flora e fauna – o intuito é causar a menor eutrofização possível sobre a região. E os testes de fluabilidade e durabilidade contra o ataque dos raios UV (ultravioletas).

12. AREA JURÍDICA

No ano de 2017, na atuação de caráter ordinário e finalístico da Companhia, foram elaborados pelo setor jurídico interno da empresa, diversos pareceres e estudos vinculados à análise prévia de procedimentos administrativos de contratação, oriundos de processos licitatórios e contratações diretas – nos exatos enquadramentos e permissivos legais.

De outro lado, a ELEJOR manteve o controle das contingências da empresa, registrando-se o recebimento de nova demanda ordinária na área cível, vinculada ao Projeto de Reassentamento da Companhia e ainda em sua fase inicial instrutória. Em paralelo, houve novos avanços no encerramento das medidas expropriatórias propostas pela empresa à época da construção do Complexo Energético Fundão Santa Clara, com pagamento integral das indenizações em alguns dos processos em trâmite.

Ainda no exercício de 2017 a Companhia ajuizou medida judicial em face da União Federal, com objetivo de questionamento da metodologia de revisão ordinárias das garantias físicas das Usinas, promovida pelo Ministério de Minas e Energia - MME, com o objetivo tanto de afastar a ELEJOR dos efeitos da Portaria MME 622/2016, como também de majorar a garantia física das Usinas do Complexo Energético. Referido processo originou-se de procedimento de contratação direta (inexigibilidade de licitação), considerando a necessidade de contratação de profissional/banca de advocacia com notório saber na área de interesse, bem como a singularidade do objeto da demanda a ser proposta.

Outrossim, merece destaque ainda a promoção de demandas em nome de Associações Profissionais ligadas à geração de energia elétrica, em defesa do interesse de seus geradores associados, sendo elas: Mandado de Segurança impetrado pela ABRAGEL (Rateio dos custos (GSF) das decisões judiciais obtidas por outros agentes) sob o nº 1005291-56.2015.4.01.3400, Indenização das Transmissoras impetrado pela ABRAGEL sob o nº 1012047-13.2017.4.01.3400, FID-SAESA impetrado pela ABRAGEL sob o nº

0033266-70.2015.4.01.3400, Revisão Ordinária da Garantia Física das UHEs impetrado pelo escritório Advocacia Bettiol sob o nº 1018438-81.2017.4.01.3400 e TCFRH - Lei 18.878/2016 Paraná impetrado pela ABRAGEL e APINE sob o nº 0000251-52.2017.8.16.0179.

Como já registrado em relatórios anteriores, a Companhia compõe o pólo ativo e/ou passivo de poucos processos judiciais, distribuídos nas Comarcas de Guarapuava, Pinhão e Curitiba, estando alguns já em instâncias superiores. Salvo as ressalvas acima, esse número não se modificou em 2017. A administração mantém provisão para litígios sobre as causas cujas perdas são consideradas prováveis, fundamentada na opinião dos seus assessores legais.

A ELEJOR não responde a nenhum processo, contencioso ou administrativo, na seara ambiental, fiscal ou regulatória.

Reitera-se, finalmente, que a Companhia está com todos os esforços mobilizados para o atendimento tempestivo e integral das orientações e comandos estabelecidos pela Lei 13.303, de 30 de Junho de 2016, que regulamenta diversos aspectos relacionados às empresas públicas e sociedades de economia mista, seja no âmbito das licitações e contratos administrativos, normas de controle e fiscalização e governança corporativa.

13. RECURSOS HUMANOS

Em 2017, a ELEJOR encerrou o exercício com 15 colaboradores, sendo 7 funcionários concursados, 2 diretores executivos, 3 funcionários terceirizados e 3 estagiários. A companhia apoia o desenvolvimento profissional de seus empregados, para isso utiliza-se de benefícios como o auxílio educação, previsto no acordo coletivo de trabalho e do custeamento na participação em cursos, eventos e *workshops* relevantes para empresa.

14. DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Diretoria Executiva

Julio Jacob Junior (Diretor Presidente)

Cleverson Moraes Silveira (Diretor Administrativo Financeiro)

Conselho de Administração

Dirceu Pupo Ferreira (Presidente)

Alexandre Radtke

Daniela Gonini de Matos Leão

Fabíola Roberti Coneglian

José Carlos Golin

Sérgio Luiz Lamy

Severino José Folador

Conselho Fiscal

Mauro Ricardo Machado Costa (Presidente)

Adriano Fedalto

Vinicius Luiz Gapski

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		77.216	76.231
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	37.905	38.483
Clientes	4.2	25.380	24.362
Outros Créditos	4.3	4.722	4.174
Despesas Antecipadas	4.4	9.209	9.212
NÃO CIRCULANTE		598.234	632.457
Realizável a Longo Prazo		27.885	35.699
Depósitos Judiciais	4.5	78	78
Tributos Diferidos	4.6	24.775	26.073
Despesas Antecipadas	4.4	3.032	9.548
Imobilizado	4.7	397.787	414.841
Intangível	4.8	172.562	181.917
TOTAL DO ATIVO		675.450	708.688

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		164.575	142.222
Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.10	222	196
Fornecedores	4.11	3.324	3.194
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.12	36.964	14.453
Outras Obrigações Fiscais	4.13	2.146	2.102
Debêntures	4.18	30.370	40.488
Dividendos a Pagar	4.14	24.055	12.280
Concessão de Uso de Bem Público	4.15	58.411	62.103
Pequisa e Desenvolvimento	4.16	7.467	6.157
Outras Contas a Pagar	4.17	1.616	1.249
NÃO CIRCULANTE		449.149	486.765
Debêntures	4.18	-	30.496
Concessão de Uso de Bem Público	4.15	449.149	456.269
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		61.726	79.701
Capital Social	6.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.3	255	255
Reserva Legal	6.2	7.100	7.100
Reserva de Retenção de Lucros	6.4	-	36.843
Dividendos Adicionais Propostos	6.4	18.868	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		675.450	708.688

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	NE nr.	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8	291.596	263.686
(-) Custos Operacionais	9	(86.358)	(90.837)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		205.238	172.849
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(6.870)	(5.484)
Despesas Administrativas	10.a	(6.870)	(5.484)
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		198.368	167.365
RESULTADO FINANCEIRO		(54.254)	(93.717)
Receitas financeiras	10.b	13.494	3.879
Despesas financeiras	10.c	(67.748)	(97.596)
LUCRO OPERACIONAL		144.114	73.648
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(47.894)	(24.525)
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.12	(46.595)	(23.226)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	4.12	(1.299)	(1.299)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		96.220	49.123
<i>LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</i>		1,596	0,815

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	31/12/2017	31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		96.220	49.123
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:			
Operações com Créditos de Carbono	6.3	-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	4.6	-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		96.220	49.123

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros				Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros (prejuízos) Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		35.503	255	7.100	31.141	-	-	73.999
Dividendos distribuídos com lucros retidos					(31.141)			(31.141)
Lucro do exercício 2016		-	-	-	-	-	49.123	49.123
<u>Destinação proposta à A.G.O.</u>								
Reserva legal	6.2	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	4.14	-	-	-	-	-	(12.281)	(12.281)
Dividendos adicionais	6.4	-	-	-	-	36.843	(36.842)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		35.503	255	7.100	-	36.843	-	79.701
Lucro do exercício 2017		-	-	-	-	-	96.220	96.220
Dividendos distribuídos	6.4	-	-	-	-	(36.843)	-	(36.843)
Dividendos distribuídos antecipadamente		-	-	-	-	-	(53.297)	(53.297)
<u>Destinação proposta à A.G.O.</u>								
Reserva legal	6.2	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	4.14	-	-	-	-	-	(24.055)	(24.055)
Dividendos adicionais propostos	6.4	-	-	-	-	18.868	(18.868)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		35.503	255	7.100	-	18.868	-	61.726

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		96.220	49.123
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	4.7	18.344	18.316
Amortização de intangível - Concessão	4.8	9.359	8.571
Variações monetárias não realizadas	10.c	50.879	84.156
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.6	1.299	1.299
Resultado da baixa de imobilizado	9	165	-
Resultado da Repactuação Risco Hidrológico	9	6.515	9.098
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes	4.2	(1.018)	(3.175)
Outros créditos	4.3	(548)	(1.223)
Despesas pagas antecipadamente	4.4	3	(1)
Depósitos judiciais	4.5	-	(26)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações sociais/trabalhistas	4.10	26	15
Fornecedores	4.11	130	(1.358)
Imposto de renda e contribuição social	4.12	22.511	(5.345)
Outras obrigações fiscais	4.13	44	249
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	4.15	(61.614)	(56.240)
Pesquisa e desenvolvimento	4.16	1.310	1.257
Outros valores a pagar	4.17	367	(580)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		143.992	104.136
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	4.7	(1.538)	(1.464)
Adições no intangível	4.8	(4)	(2)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.542)	(1.466)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	4.14	(102.420)	(65.234)
Resgate de debêntures	4.18	(40.608)	(40.608)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(143.028)	(105.842)
Varição no caixa e equivalentes a caixa		(578)	(3.172)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	4.1	38.483	41.655
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	4.1	37.905	38.483
Varição no caixa e equivalentes a caixa		(578)	(3.172)



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Milhares de Reais)

	NE nr.	31/12/2017	31/12/2016		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	8	306.614	276.848		
Total		306.614	276.848		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Energia Eletrica comprada para revenda	9	27.894	31.088		
Encargos de uso da rede eletrica	9	12.000	10.529		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	9	5.851	9.810		
Material, insumos e serviço de terceiros	9 e 10	13.527	13.562		
Total		59.272	64.989		
(=) Valor adicionado bruto		247.342	211.859		
(-) Depreciação e amortização					
	9 e 10	27.703	26.887		
(=) Valor adicionado líquido		219.639	184.972		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	10.b	2.681	3.879		
Total		2.681	3.879		
Valor adicionado a distribuir		222.320	188.851		
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Pessoal					
Remuneração e honorários	10.a	2.618		2.711	
Planos previdenciarios e assistencial	10.a	706		240	
Beneficios	10.a	281		94	
Encargos sociais - FGTS	10.a	84		335	
Participações nos lucros e/ou resultados		-		-	
Total		3.689	1,7	3.380	1,8
Governo					
Federal		65.224		38.502	
Estadual		5		9	
Municipal		14		13	
Total		65.243	29,3	38.524	20,4
Terceiros					
Juros e variações monetárias	10.c	56.934		97.596	
Arrendamentos e aluguéis	10.a	234		228	
Total		57.168	25,7	97.824	51,8
Acionistas					
Dividendos antecipados		53.297		-	
Dividendos propostos		24.055		12.281	
Dividendos adicionais		18.868		36.842	
Total		96.220	43,3	49.123	26,0
		222.320	100	188.851	100

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Levantadas em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente de energia, com sede em Curitiba – PR, e tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração energética do Complexo Energético Fundão e Santa Clara - CEFSC, localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná, e controlada pela Companhia Paranaense de Energia COPEL que detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social.

A Concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, regulada pelo contrato com a ANEEL e prazo final, alterado de outubro de 2036, para maio de 2037, conforme despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL, será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.

O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	246,411	140,300

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Das novas normas a vigorar a partir de 2018

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Considerando-se as características de curto prazo das operações dos ativos financeiros mantidos como Caixa e equivalentes de caixa e a opção dada pelo item 4.1.5 do CPC 48, a Companhia entende que a classificação que melhor representa sua mensuração é a categoria **Valor Justo por meio do Resultado (VJR)**. Esta designação será feita, de modo irrevogável, no reconhecimento inicial.

A designação definida pela Companhia não trará efeitos na demonstração financeira, uma vez que esses já são reconhecidos ao valor justo por meio do resultado, e atualmente, e, exclusivamente, registrados como Caixa e equivalentes.

IFRS 15 – Reconhecimento de Receita.

A receita com a venda de energia gerada pela Companhia no ano de 2017 até 2019 está contratada com partes relacionadas. Sendo 97,6% com a Copel Distribuição referente a energia gerada pelas UHEs, e 2,4% gerada pelas PCHs, com a Copel Comercialização. Portanto as novas normas aplicáveis a partir de Janeiro 2018 não impactarão nas demonstrações financeiras, mantendo as mesmas regras atuais de reconhecimento da receita.

As eventuais sobras de energia, gerada somada a comprada, são apuradas e reconhecidas conforme contabilização mensal, no âmbito da CCEE Camara de Comercialização de Energia Elétrica.

Práticas Contábeis

a) Aplicações Financeiras

Os ativos financeiros adquiridos principalmente com a finalidade de utilização no curto prazo, gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de padrão recente de realização de lucros a curto prazo, são mensuradas ao valor justo lançado em conta de resultado.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

b) Contas a Receber

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais ou contratuais ajustado ao valor provável de realização quando este for inferior.

c) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução da ANEEL n° 367 de 02 de setembro de 2009.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. Em Janeiro de 2018 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.

f) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata die”.

g) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

h) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

i) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

4. CONTAS RELEVANTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Disponibilidades

	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Caixa		3	4
Banco conta movimento		70	34
Aplicações financeiras de curto prazo		37.832	38.445
		37.905	38.483

O saldo de aplicações financeiras refere-se a investimentos em fundos conservadores de renda fixa (CDB DI) junto a Caixa Econômica Federal, compromissados a uma taxa de 98,00%, respectivamente, da variação da taxa do CDI cujos rendimentos estão reconhecidos pelo regime de competência (pro rata temporis).

4.2 Clientes

A conta clientes está composta da seguinte forma:

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
COPEL Distribuição S/A		24.230	23.441
COPEL Comercialização S/A		748	-
Tradener Ltda		-	542
Prime Energy Comercializadora		402	-
Matrix Comercializadora de Energia		-	379
		25.380	24.362

Descrição	Saldos vencidos em	31/12/17	31/12/16
Suprimentos		25.380	24.362
		25.380	24.362

4.3 Outros créditos

O valor de R\$ 4.722 a título de outros créditos é composto:

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Serviços em Curso (*)		4.718	4.166
Adiantamento a fornecedores		4	8
		4.722	4.174

(*) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são

compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

4.4 Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos exercícios seguintes.

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Curto Prazo			
Seguro das usinas		94	97
Seguro fornecedores de energia		16	16
Seguro sede administrativa		1	1
Repactuação do Risco Hidrológico		9.098	9.098
		9.209	9.212
Longo Prazo			
Repactuação do Risco Hidrológico		3.032	9.548
		3.032	9.548

Em requerimento de 23 de dezembro de 2015, e, em despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 43 de 11 de janeiro de 2016, a Elejor aderiu a Repactuação do Risco Hidrológico de Geração Hidrelétrica, nos termos da lei 13.203/2015. Essa repactuação gerou crédito no valor de R\$ 50.517 mil (Cinquenta milhões, quinhentos e dezessete mil) assim distribuídos:

R\$ 11.148, como Prêmio de Risco referente ao ano de 2015; e
R\$ 39.369, a título de recuperação de despesas com Compra de Energia, distribuído conforme abaixo:

Prêmio de risco – Ano 2016	R\$	9.098
Prêmio de risco – Anos 2017 a 2019	R\$	18.645
Ativo intangível a amortizar a partir de 2019	R\$	8.273
Passivo Circulante - Compra de Energia – CCEE	R\$	3.353

4.5 Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

Descrição	Valores em R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2015	52
- Depósitos	26
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	78
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	78

4.6 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes originados na mudança de critérios contábeis, contabilizados no resultado da Companhia a partir de 01/01/2010, de acordo com legislação tributária foram adicionados na apuração do Lucro Real, bem como o reconhecimento de ativos financeiros que em contrapartida com o patrimônio líquido gerou um passivo fiscal, que será tributado no momento de sua realização.

Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, adicionados à base de cálculo do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente.

Com base na lei 12973/2015 e Instrução Normativa 1515/2015 da Receita Federal do Brasil, a Companhia optou pela adoção inicial da mesma lei com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, que extinguiu o Regime Transitório de Tributação instituído pela 11941/2009, e, por conseguinte iniciou a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013 e que monta os seguintes:

	Saldo em 31/12/2015	Reconhecidos		Saldo em 31/12/2016	Reconhecidos		Saldo em 31/12/2017
		Resultado do exercício	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	Patrimônio líquido	
Ativo não circulante							
RTT - Regime Tributário de Transição							
ICPC 01 - Contratos de concessão	27.506	(1.300)	-	26.206	(1.299)	-	24.907
(-) Créditos de Carbono							
CPC 38 - Instrumentos financeiros	(132)	-	-	(132)	-	-	(132)
Ativo diferido - LÍQUIDO	27.374			26.074			24.775

4.7 Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de unitização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/16	Movimentação				Saldo em 31/12/17		
		Adições	Depr.	Baixas	Transf.	Valor residual	Depreciação acumulada	Custo
GERAÇÃO	408.311	1.506	(17.966)	-165	(79)	391.607	211.460	603.067
Em Serviço	394.102	567	(17.966)	-165	-	376.538	211.460	587.998
Terrenos	4.593	79	(210) *	-	-	4.462	1.897	6.359
Reservatórios, barragens e adutora	217.178	-	(9.599)	-	-	207.579	114.124	321.703
Edif., obras civis e benfeitorias	43.950	89	(1.914)	-	-	42.125	22.236	64.361
Máquinas e equipamentos	128.141	391	(6.205)	(165)	-	122.162	72.800	194.962
Móveis e utensílios	240	8	(38)	-	-	210	403	613
Em Curso	14.209	939	-	-	(79)	15.069	-	15.069
Terrenos	1.700	18	-	-	-	1.718	-	1.718
Edif., obras civis e benfeitorias	369	-	-	-	-	369	-	369
Máquinas e equipamentos	10	412	-	-	-	422	-	422
Material em depósito	2.791	36	-	-	-	2.827	-	2.827
Depósitos judiciais - Terras	9.339	473	-	-	(79)	9.733	-	9.733
TRANSM. / CONEXÃO	6.418	-	(346)	-	(4)	6.068	2.858	8.926
Em Serviço	6.418	-	(346)	-	(4)	6.068	2.858	8.926
Edif., obras civis e benfeitorias	15	-	-	-	-	15	12	27
Máquinas e equipamentos	6.397	-	(346)	-	(4)	6.047	2.840	8.887
Móveis e utensílios	6	-	-	-	-	6	6	12
ADM. CENTRAL	112	32	(32)	-	-	112	243	355
Em Serviço	112	32	(32)	-	-	112	243	355
Máquinas e equipamentos	41	32	(10)	-	-	63	20	83
Móveis e utensílios	71	-	(22)	-	-	49	223	272
	414.841	1.538	(18.344)	(165)	(83)	397.787	214.561	612.348

(*) Amortização da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

4.8 Intangível

Em função da adoção das práticas contábeis já utilizadas na controladora, a partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no exercício de 2017, é a seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/16	Movimentação				Saldos em 31/12/17		
		Adições	Amortiz.	Baixas	Capit aliza ções	Valor residual	Amortiz. Acumulada	Custo
GERAÇÃO	181.910	-	(9.358)	-	-	172.552	103.150	275.702
Intangível em Serviço	181.910	-	(9.358)	-	-	172.552	103.150	275.702
Concessão - Uso de Bem Público	170.127	-	(8.570)	-	-	161.557	102.362	263.919
Servidões de Passagem Florestal	2.763	-	-	-	-	2.763		2.763
Créditos de Carbono	720	-	-	-	-	720		720
Repactuação Risco Hidrológico - (*)	8.273	-	(788)			7.485	788	8.273
Intangíveis	27	-	-	-	-	27		27
ADMINISTRAÇÃO	7	4	(1)	-	-	10	6	16
Intangível em Serviço	7	4	(1)	-	-	10	6	16
Softwares	7	4	(1)			10	6	16
Total	181.917	4	(9.359)	-	-	172.562	103.156	275.718

4.9 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A Companhia apurou os seguintes valores de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro projetado:

Valor projetado:

Nominal dos fluxos projetados 3.753.188

Presente dos fluxos projetados - RECUPERÁVEL 1.632.235

Valor contábil:

Ativo imobilizado (397.787)

Ativo intangível (172.562)

Valor Recuperável Superior ao Contábil 1.061.886

O fluxo de caixa projetado para os anos de 2018 a 2036, foi estimado com base na expectativa de crescimento do PIB no ano de 2018 de 2,70 %. (Dados: Focus Banco Central de 29 de dezembro de 2017).

O valor presente dos fluxos estimados foram ajustados a taxa igual a TJLP de 7,00 % (sete por cento) verificada no 4º trimestre de 2017.

O valor recuperável desses ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

4.10 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Contribuições Previdenciárias Retidas		8	7
Imposto de Renda Retido na Fonte		62	60
Bolsa Estágio		5	-
Provisão de férias e 13º salário		147	129
		222	196

4.11 Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Compra de energia - Mercado Livre		1.474	1.376
Encargos de uso da rede elétrica		1.055	944
Materiais e serviços		795	874
		3.324	3.194

4.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Imposto de renda - Lucro Real		33.820	16.875
(-) Imp. renda pago por estimativa		(5.600)	(4.978)
(-) Imp. renda retido na fonte		(751)	(772)
Contr.Social Sobre Lucro Líquido		12.775	6.352
(-) Contr.Social pago por estimativa		(3.280)	(3.024)
		36.964	14.453

A Companhia apurou lucro fiscal no exercício assim demonstrado:

Descrição	31/12/17	31/12/16
Lucro líquido antes dos tributos	144.113	73.650
Ajustes ao lucro contábil	(2.173)	(3.078)
Adições de despesas indedutíveis	1.649	744
Despesas Indedutíveis	8	-
Incentivos fiscais	1.641	744
Exclusões de despesas dedutíveis	(3.822)	(3.822)
Saldo RTT Regime Tributário de Transição	(3.822)	(3.822)
Lucro fiscal do período	141.940	70.572
IRPJ e CSLL Correntes	46.595	23.226
Alíquota efetiva sobre o lucro líquido antes dos tributos	32,33%	31,54%

4.13 Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Tributos retidos na fonte		224	222
Previdência Social INSS		55	54
FGTS		12	9
PIS e Cofins		1.855	1.817
		2.146	2.102

4.14 Dividendos à Pagar

Proposta de distribuição	31/12/17	31/12/16
Lucro líquido do exercício	96.220	49.123
Reserva legal (5%) limitado a 20% do Capital Social	-	-
Base de cálculo para dividendos	96.220	49.123
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	24.055	12.280
Saldo de dividendos à pagar	24.055	12.280

Descrição	Ações		Dividendos Propostos	
	Ordinárias	Part. %	31/12/17	31/12/16
Copel - Comp. Paranaense Energia	42.210	70%	16.838	8.596
Paineira Participações S/A	18.090	30%	7.217	3.684
	60.300	100%	24.055	12.280

4.15 Encargos de Outorga ANEEL

A presente concessão foi outorgada através de leilão realizado em 28/06/2001, com assinatura de contrato em 25/10/2001 e data final prevista para 25/10/2036. Outorga através do Decreto Presidencial de 23/10/2001.

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiverem na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

Em 31/12/2017 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 228 (duzentas e vinte e oito) parcelas mensais restantes até o término da concessão, alterado de outubro/2036, para maio/2037, conforme despacho nº 43 – SRM-SRG/ANEEL – DOU nº 43, totalizava R\$ 1.168.671 mil, a valores nominais, e, a valor presente o seguinte:

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Em 31/12/2015	57.947	432.586	490.533
Transferências	56.240	(56.240)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(37.240)	-	(37.240)
Variação monetária	4.156	79.923	84.079
Em 31/12/2016	62.103	456.269	518.372
Transferências	61.614	(61.614)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(42.614)	-	(42.614)
Variação monetária	(3.692)	54.494	50.802
Em 31/12/2017	58.411	449.149	507.560
Períodos	Valor nominal	Valor presente	
2018	58.411	58.411	
2019	58.411	52.622	
2020	58.411	47.408	
2021	58.411	42.709	
2022	58.411	38.477	
2023 a 2036	876.616	267.933	
	1.168.671	507.560	

4.16 Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 31/12/2017, é a seguinte:

	FNDCT	MME	P & D		Consolidado
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
Em 31/12/16	194	97	5.866	-	6.157
Constituições	1.166	583	1.166	-	2.915
Juros SELIC	-	-	149	-	149
Recolhimentos	(1.169)	(585)	-	-	(1.754)
Em 31/12/17	191	95	7.181	-	7.467

4.17 Outras contas a Pagar

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		1.607	1.249
Cauções em garantia		9	-
		1.616	1.249

4.18 Debêntures

Debêntures 2ª emissão	Data de emissão	Nr. de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros	Valor do contrato	Valor atualizado em 31/12/2017
			1ª parcela	60ª parcela			
Série única	26/09/2013	60	26/10/2013	26/09/2018	DI + Spread 1,00% a.a	203.000	30.370
Circulante							30.370
Não circulante							0

Características:

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 203.000 mil.

Foram emitidos 20.300 títulos com valor unitário de R\$ 10 mil.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Remunerados com juros correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, extra grupo, na forma percentual, acrescida de um *spread* ou sobre taxa de 1,00% a.a., pagos mensalmente sendo a primeira parcela com vencimento em 26/10/2013 e a sexagésima em 26/09/2018.

Destinação:

Liquidação total do contrato de mútuo com a Controladora.

Garantias:

Fidejussória

Intervenientes garantidores:

Companhia Paranaense de Energia – Copel, na proporção de 70%, e Painera Participações e Empreendimentos Ltda, na proporção de 30%.

Agente fiduciário:

Pentágono S.A – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Mutação das debêntures:

Consolidado	Moeda nacional		Total em R\$ mil
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de dezembro de 2015	40.490	71.026	111.516
Transferencias	40.608	(40.608)	-
Encargos	13.106	78	13.184
Pgts de principal	(40.608)	-	(40.608)
Pgts de encargos	(13.108)	-	(13.108)
Em 31 de dezembro de 2016	40.488	30.496	70.984
Transferencias	30.456	(30.456)	-
Encargos	5.691	(40)	5.651
Pgts de principal	(40.608)	-	(40.608)
Pgts de encargos	(5.657)	-	(5.657)
Em 31 de dezembro de 2017	30.370	-	30.370

5. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Tendo em vista a análise de nossas assessorias jurídicas especializadas, não foram constatadas a existência de processos relativos a ações de natureza com risco de perda classificado como “PROVÁVEL”, portanto desnecessário a constituição de provisões para tal.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 31/12/2017, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE de 08/11/2011, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

6.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.100, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido de exercícios anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

6.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE’s (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132. Os certificados foram avaliados a € 1,70 (hum euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

6.4 Dividendos Adicionais

De acordo com o Artigo 39 do Estatuto Social consolidado em 08/11/2011, a administração da Companhia, após a distribuição antecipada de dividendos do exercício de 2017 no valor de R\$ 53.297, e a proposta (Nota: 4.14) dos dividendos obrigatórios no valor de R\$ 24.055, propôs o registro a título de dividendos adicionais a distribuir no valor de R\$ 18.868, para posterior aprovação através da AGO..

7. AÇÕES JUDICIAIS

Com base em relatório da assessoria jurídica especializada, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados com “possibilidade” de perda, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa.

Ações Trabalhistas e Cíveis

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Ações trabalhistas		950	952
Ações cíveis		2.445	430
		3.395	1.382

8. RECEITA LÍQUIDA

Descrição	Saldos em	31/12/17
Geração		289.570
Venda de Energia UHEs		282.235
Venda de Energia PCHs		7.335
Comercialização		17.044
CCEE		8.121
Mercado Livre		1.735
Revenda Energia MCP		7.188
Receita Bruta		306.614
Contribuição para PIS		(2.156)
Contribuição para COFINS		(9.946)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.916)
Deduções da Receita Bruta		(15.018)
RECEITA LÍQUIDA		291.596

9. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Materiais		(279)	(255)
Serviços de Terceiros		(11.244)	(11.025)
Depreciação		(18.312)	(18.290)
Amortização		(9.359)	(8.571)
Seguros		(506)	(521)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(5.851)	(9.810)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(630)	(630)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(12.000)	(10.529)
Compra de Energia CCEE		(3.087)	-
Compra de Energia - Mercado Livre		(18.292)	(16.240)
Prêmio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		(9.098)	(9.098)
Repactuação do Risco Hidrológico		2.583	(5.750)
Outros custos		(283)	(118)
		(86.358)	(90.837)

10. DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas Administrativas

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Pessoal		(1.922)	(1.720)
Administradores		(1.768)	(1.660)
Material		(33)	(32)
Serviços de Terceiros		(900)	(719)
Depreciação		(32)	(26)
Arrendamento e Aluguéis		(234)	(228)
Seguros		(3)	(2)
Tributos		(1.699)	(837)
Doações, Contribuições e Subvenções		(8)	-
Outras despesas		(271)	(260)
		(6.870)	(5.484)

b) Receitas financeiras

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		2.681	3.873
Juros e correções de tributos		-	6
Encargos da concessão - AVP		10.813	-
		13.494	3.879

c) Despesas Financeiras

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Juros e encargos - debêntures		(5.853)	(13.268)
Encargos da concessão - Pagamentos		(61.614)	(56.240)
Encargos da concessão - AVP		-	(27.839)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(112)	(83)
Juros e correções - P & D		(148)	(158)
Encargos moratórios		(21)	-
Despesas bancárias		-	(8)
		(67.748)	(97.596)

11. COBERTURA DE SEGUROS

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio Pago R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
ARGO SEGUROS BRASIL S.A 11/03/2017 a 11/03/2018	Multi Risco	Unidades Geradoras - Sta Clara e Fundão	487	197.800
ARGO SEGUROS BRASIL S.A 14/05/2017 a 14/05/2018	Risco Nomeado	Sede Administrativa - (Escritório Central)	3	1.425
POTENCIAL SEGURADORA S.A 01/01/2018 a 01/01/2019	Garantia Contratual	Contrato de compra Energia	16	4.358
Total			506	203.583

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 413498, com a METLIFE.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção e telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

Parte Relacionada Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Acionista controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos a pagar			16.838	8.596		
Acionista						
Paineira Participações S.A.						
Dividendos a pagar			7.217	3.684		
Outras partes relacionadas						
Copel Distribuição S.A.						
Suprimento energia	24.230	23.441			282.235	267.951
Encargos do uso da rede			1.055	944	(12.000)	(10.529)
Copel Comercialização S.A.						
Suprimento energia	748	-			9.662	
Copel Geração e Transmissão S.A.						
Serviço de operação e manutenção			695	777	(8.788)	(8.920)
Planejamento energético			59	60	(715)	(743)
Copel Telecomunicações S.A.						
Serviços de telecomunicações					(210)	(283)

13. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A eventual insuficiência de capital de giro é suportada pelos acionistas mediante ingresso de recursos destinados a aumento do capital.

14. GERENCIAMENTO DA SUSTENTABILIDADE E AMBIENTAL

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Categoria e valor justo de instrumentos financeiros

	NE	31/12/16		31/12/16	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Mantidos para negociação					
Caixa e bancos conta movimento	4.1	73	73	38	38
Aplicações financeiras	4.1	37.832	37.832	38.445	38.445
Recebíveis					
Clientes	4.2	25.380	25.380	24.362	24.362
Total dos ativos financeiros		63.285	63.285	62.845	62.845
Passivos financeiros					
Debêntures	4.19	30.370	30.370	70.984	70.984
Total dos passivos financeiros		30.370	30.370	70.984	70.984

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação dos mesmos.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

Resumo dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2017

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/12/17	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Bradesco	95,50	24/11/2017	09/11/2020	Custo amortizado	187	187
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	23/11/2017	28/10/2022	Custo amortizado	18.047	18.047
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	11/12/2017	14/11/2018	Custo amortizado	390	390
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	20/12/2017	28/12/2018	Custo amortizado	726	726
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	21/12/2017	28/12/2018	Custo amortizado	18.473	18.473
Caixa Econ.Federal	6%+TR	29/11/2016		Poupança	9	9
					37.832	37.832

Clientes

O risco da Companhia incorrer em perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, é minimizado, em função de que a totalidade dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo prazo a vencer em 2019, contraído exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora. Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

Debêntures

As Debêntures estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos da respectiva escritura de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 31 de dezembro de 2017 e a presente data (30 de janeiro de 2018) não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial e financeira revelada nas demonstrações financeiras.

Julio Jacob Junior
Diretor Presidente

Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas e Conselheiros da
ELEJOR – CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A
Curitiba - PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ELEJOR – CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ELEJOR – CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à ELEJOR – CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da ELEJOR – CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da ELEJOR – CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da ELEJOR – CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a ELEJOR – CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a ELEJOR – CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da ELEJOR – CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não

S *Z*

com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ELEJOR – CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da ELEJOR – CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a ELEJOR – CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de Janeiro de 2018



MACIEL AUDITORES S/S
CRC/RS – 005460/0-0
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
RS-071505/O-3 T PR
Responsável Técnico



MACIEL AUDITORES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 – T – SP
LUCIANO GOMES DOS SANTOS
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2 - S - PR
Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos

Administradores e Acionistas da

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A

Os membros do Conselho Fiscal da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das demonstrações contábeis, do relatório anual da administração e da proposta da Diretoria para a destinação dos lucros líquido e acumulados referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, Maciel Auditores SS, emitido sem ressalvas em 30 de janeiro de 2018, sobre essas demonstrações, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2018

MAURO RICARDO MACHADO COSTA

Presidente

ADRIANO FEDALTO

Conselheiro

VINICIUS LUIZ GAPSKI

Conselheiro

ORÇAMENTO PROJETADO 2018

DENOMINAÇÃO	PROJETADO 2017	REVISADO 2017 (15/12/17)	REALIZADO 2017	PROJETADO 2018 (proj. nov. dez.)
ENTRADAS	299.079.282	299.076.698	308.411.109	301.140.455
TOTAL DE RECEITAS	299.079.282	299.076.698	308.411.109	301.140.455
RECEITA OPERACIONAL / ENERGIA ELETRICA	296.457.130	296.457.131	305.596.933	298.802.558
FORNECIMENTO	12.306.989	12.306.990	24.151.406	12.178.299
SUPRIMENTO	284.150.141	284.150.141	281.445.527	286.624.259
OUTRAS RECEITAS	2.622.152	2.619.568	2.814.176	2.337.897
SAÍDAS	-310.118.433	-310.118.095	-308.988.628	-302.568.014
TRIBUTOS	-39.660.274	-37.674.434	-37.653.046	-63.912.589
FEDERAIS	-39.217.528	-36.896.098	-36.883.682	-63.368.262
ESTADUAIS	-	-5.000	-4.000	-
MUNICIPAIS	-18.397	-19.300	-14.816	-18.301
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE	-424.350	-754.350	-750.547	-526.027
GASTOS OPERACIONAIS	-120.141.795	-121.750.980	-120.897.793	-123.936.261
GERACAO	-96.480.109	-94.503.594	-94.142.018	-97.232.423
MATERIAIS	-864.565	-320.200	-315.347	-325.885
MATERIAIS DIVERSOS - O & M	-264.565	-320.000	-315.168	-325.885
MATERIAIS DIVERSOS - BENS PEQUENO VALOR	-	-200	-179	-
PLANO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS	-600.000	-	-	-
SERVICOS DE TERCEIROS	-11.099.852	-11.659.255	-11.415.980	-11.516.821
COPEL GERACAO S/A - O&M	-9.402.379	-9.002.379	-8.906.270	-8.070.647
OPERACAO E MANUTENÇÃO - ASSESS TECNICA	-	-20.000	-17.568	-
OPERACAO E MANUTENCAO - SERVS DIVERSOS	-803.120	-803.120	-749.861	-1.399.820
OPERACAO E MANUTENCAO - PCH FUNDAO	-	-	-	-
COPEL TELECOMUNICACOES S/A	-170.597	-210.000	-203.078	-178.682
COPEL GERACAO - PLANEJAMENTO ENERGETICO	-723.755	-723.755	-715.634	-712.577
SERVIÇOS, SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E ZELADORIA	-	-900.000	-823.569	-1.155.095
SEGUROS	-488.393	-488.393	-487.031	-488.393
OUTROS - UBP	-64.730.861	-63.993.861	-63.919.627	-63.618.288
UBP ANEEL	-61.852.372	-61.615.372	-61.613.817	-60.720.105
PESQUISA E DESENV (P&D)	-2.878.489	-2.378.489	-2.305.810	-2.898.183
ENCARGOS	-19.296.439	-18.041.885	-18.004.033	-21.283.035
COMP FINAC UTILIZ REC HIDRICOS	-7.361.511	-5.511.511	-5.484.356	-7.192.312
TAXA DE FISCALIZACAO	-672.694	-630.374	-630.374	-629.950
ENCARGOS DE USO DA REDE ELETRICA	-11.262.234	-11.900.000	-11.889.303	-13.460.774
ADMINISTRACAO	-6.855.713	-5.841.414	-5.475.518	-9.897.866
PESSOAL	-1.954.853	-2.048.742	-1.945.927	-2.093.197
ADMINISTRADORES	-1.743.178	-1.838.407	-1.773.766	-2.392.450
MATERIAL	-35.278	-35.278	-29.580	-34.914
SERVICOS DE TERCEIROS	-2.872.439	-1.646.023	-1.467.145	-5.137.880
ARRENDAMENTOS E ALUGUEIS	-233.322	-239.322	-233.013	-220.250
SEGUROS	-16.644	-18.644	-18.587	-19.176
COMPRA DE ENERGIA	-16.805.972	-21.405.972	-21.280.257	-16.805.972
OPERACOES COM ENERGIA ELETRICA - CCEE	-	-3.100.000	-3.086.657	-
OPERACOES C/ ENERGIA ELETR-OUTROS FORNEC	-	-1.000.000	-934.439	-
OPERACOES C/ ENERGIA ELETR-OUTROS FORNEC (VOTENE)	-16.805.972	-17.305.972	-17.259.161	-16.805.972
DESPESAS FINANCEIRAS	-113.906	-146.406	-142.362	-150.000
OUTRAS DESPESAS	-85.000.000	-102.450.000	-102.420.640	-70.000.000
DIVIDENDOS	-85.000.000	-102.450.000	-102.420.640	-70.000.000
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	-59.500.000	-71.715.000	-71.694.448	-49.000.000
PAINEIRA PARTICIPAÇÕES	-25.500.000	-30.735.000	-30.726.192	-21.000.000
INVESTIMENTOS	-13.602.484	-1.445.484	-1.407.198	-11.391.205
COMPLEXO ENERGÉTICO FUNDÃO-SANTA CLARA	-13.584.484	-1.411.484	-1.373.552	-11.356.205
TERRENOS	-6.419.376	-519.376	-491.188	-4.000.000
SERVIDÃO FLORESTAL	-	-	-	-
RESERVATORIOS, BARRAGENS E ADUTORAS	-	-	-	-
EDIFICACOES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	-5.580.000	-90.000	-89.085	-5.500.000
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-1.578.000	-778.000	-769.441	-1.838.340
VEICULOS	-	-	-	-
MOVEIS E UTENSILIOS	-	-	-	-
ALMOXARIFADO-PEÇAS SOBRESSALENTES: LINHAS TRA	-	-	-	-
ALMOXARIFADO-PEÇAS SOBRESSALENTES: SUBESTAÇ	-	-	-	-
ALMOXARIFADO-PEÇAS SOBRESSALENTES: ELETROMEC	-7.108	-24.108	-23.838	-17.865
ALMOXARIFADO-OUTROS	-	-	-	-
ADMINISTRACAO / SEDE ELEJOR	-18.000	-34.000	-33.646	-35.000
ADIANTAMENTOS / DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	-	-	-
LIQUIDAÇÕES - SERV.DA DÍVIDA	-51.599.974	-46.650.789	-46.467.589	-33.177.959
DEBENTURES - BB	-51.599.974	-46.650.789	-46.467.589	-33.177.959
AMORTI. DEBENTURES	-40.608.120	-40.608.120	-40.608.120	-30.456.090
JUROS DEBENTURES	-10.948.794	-5.998.909	-5.815.759	-2.693.661
TAXAS DEBENTURES	-43.060	-43.760	-43.710	-28.208
FLUXO DE CAIXA	PROJETADO 2017	REVISADO 2017	REALIZADO 2017	PROJETADO 2018
SALDO DE CAIXA INICIAL	38.482.635	38.482.635	38.482.635	37.905.117
(+) TOTAL GERAL DE ENTRADAS	299.076.698	299.076.698	308.411.109	301.140.455
(-) TOTAL GERAL DE SAÍDAS	-310.118.095	-310.118.095	-308.988.628	-302.568.014
(=) SALDO DE CAIXA FINAL	27.441.238	27.441.238	37.905.117	36.477.557

Distribuição de Dividendos e Retenção de Lucro Líquido	Exercício Social	Cálculo	Limite	R\$ MM
Lucro Líquido	2017			96.220
Reserva Legal 5% (R\$ 7.100)			≤ 20% do cap. soc.	0
Lucro Líquido após Reserva				96.220
Dividendos Intermediários Distribuídos - Atas 52ª AGE (07/2017) e 54ª AGE (09/2017)				(53.297)
Saldo de Dividendos para Distribuição		[A]		42.923
Distribuição de Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)				(24.055)
Distribuição de Dividendos Adicionais Propostos				(18.868)
Projeção de Lucro Líquido e Dividendos Intermediários	1S 2018	[B]		37.200
Projeção Distribuição de Dividendos		[C]=[A+B]		80.123
Ações Ordinárias		Participação		Distribuição
COPEL		[C]*70%		56.086
PAINEIRA		[C]*30%		24.037